

## **O PROGRAMA DO LEITE NO RIO GRANDE DO NORTE E A REPRODUÇÃO POLÍTICO-OLIGÁRQUICA REGIONAL<sup>1</sup>**

**Francisco Fransualdo de Azevedo<sup>2</sup>**  
[fransualdo\\_azevedo@yahoo.com.br](mailto:fransualdo_azevedo@yahoo.com.br)

**Vera Lúcia Salazar Pessôa<sup>3</sup>**  
[vlpessoa@triang.com.br](mailto:vlpessoa@triang.com.br)

### **Introdução**

No Brasil, a maior parte dos programas sociais de governo constitui-se em ações paliativas, de bases assistencialistas e paternalistas, que não buscam em suas estruturas um amplo trabalho fomentador de liberdades individuais e/ou grupais possível de gerar no interior da sociedade, a auto-gestão e o desenvolvimento de capacidades.

No Rio Grande do Norte, vários programas de governo, sejam eles, federais, estaduais ou municipais seguem essa mesma lógica. São programas que, na sua essência, buscam “assistir” a população carente, gerando dependência e subordinação da mesma, perante o setor público e os grupos políticos locais e estaduais, com reflexos no âmbito político federal.

Esses programas, em vez de se basearem em ações e relações de natureza meramente assistencialista, deveriam, antes, precederem uma ampla política de geração de emprego e renda, vinculada a programas de qualificação e formação, passando, via de regra, por uma base educacional sólida e amplamente eficaz. Vários programas sociais (exceto alguns emergenciais de curto prazo) não justificam seus custos, muito menos sua implementação e/ou contigüidade e desenvolvimento, tendo em vista a pouca eficiência e eficácia que apresentam, principalmente, se levados em consideração a longo prazo.

Logo, a maioria dos programas sociais de governo desenvolvidos no Brasil serve, muitas vezes, aos interesses de agentes e grupos políticos regionais e/ou nacionais. Ao mesmo tempo, subordina e mantém marginalizada a população pobre.

Assim, o objetivo do presente trabalho é analisar as principais reconfigurações políticas e econômicas, ocorridas no espaço geográfico potiguar na última década, a partir do conjunto de relações e ações inerentes ao Programa do leite desenvolvido no estado pelo setor público.

A metodologia desse trabalho pauta-se numa análise bibliográfica e documental com o intuito de subsidiar e propiciar uma abordagem e um entendimento aprofundado das relações sociais, econômicas e políticas tecidas no interior desse processo e do Programa do leite desenvolvido no Rio Grande do Norte. Além de se basear, também, em dados secundários e informações obtidas através de trabalho de campo.

---

<sup>1</sup> A presente análise está relacionada ao projeto de tese “Territórios do Leite no Sertão Potiguar: representações políticas, econômicas e culturais” desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia /Instituto de Geografia/ Universidade Federal de Uberlândia/Laboratório de Geografia Agrária – Av. João Naves de Ávila, 2121. Bloco H Sala 1H02. CEP 38408-100. Bairro Santa Mônica. Uberlândia – MG. Tel. (34) 3239-4169. Ramal 47.

<sup>2</sup> Professor Assistente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Doutorando em Geografia/ Bolsista CAPES.

## Estado e políticas sociais no Brasil

Sabe-se que, historicamente, o Estado-nação brasileiro tem se constituído sob diversas práticas de paternalismo e assistencialismo políticos, impedindo melhorias nas condições sociais de vida da população carente, portanto, dificultando a autêntica construção da cidadania no país. Sob essa praxe, há um controle social que garante a reciprocidade do favor prestado. As relações de troca que se estabelecem entre os grupos detentores do poder e o povo, ou as organizações sociais, tornam possíveis gestos e atitudes de gratidão e fidelidade coletivas.

Assim, “o que torna viável sua utilização e a força do fenômeno como um recurso de poder tem sido, historicamente, a desigualdade social e, acima de tudo, o quadro de pobreza dela decorrente, principalmente no Nordeste” (ANDRADE, 1996, p. 173). Ora, se a pobreza no Nordeste já é um fator preocupante e se explica parcialmente pela estrutura fundiária altamente concentrada, no espaço urbano ela chega aos seus limites extremos e explode nas formas as mais variadas: desnutrição, mortalidade precoce, mendicância, violência, num contexto marcado pelo “vale tudo” pela sobrevivência. A pobreza é um elemento importante para a dinâmica política e constituição do Estado no Brasil. Sua reprodução e contiguidade têm efeitos políticos altamente beneficiadores aos grupos oligárquicos mais poderosos (OLIVEIRA, 1987).

No semi-árido nordestino, a seca e a fome são males pelos quais se reproduzem as práticas de assistencialismo e clientelismo políticos, por conseguinte, perpetuam-se agentes e oligarquias regionais de poder, assim como miséria e pobreza (CARVALHO, 1988).

Para Furtado (2002, p. 12) o problema da pobreza pode ser abordado sob diversos ângulos, porém, três são as dimensões mais preocupantes entre os estudiosos desse assunto no mundo inteiro: “1) a questão da fome endêmica, que está presente, em graus diversos, em todo o mundo; 2) a questão da habitação popular, que em alguns países já encontrou solução; e 3) a questão da insuficiência de escolaridade, que contribui para perpetuar a pobreza”.

De acordo com o autor, o problema da fome no Brasil seria muito facilmente resolvido, se houvesse vontade política e compromisso social da estrutura de Estado, em seus diversos níveis, através dos seus respectivos agentes, considerando que o país é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos. Para isso, é necessário

num primeiro momento, assegurar o acesso a uma cesta básica de alimentos. A longo prazo, a solução exige mais do que o aumento de oferta de alimentos. Exige a *habilitação* [...] para participar da distribuição da renda, a população necessita estar habilitada por um título de propriedade ou pela inserção qualificada no sistema produtivo. Ora, há sociedades em que esse processo de habilitação está bloqueado. É o que se passa com populações rurais sem acesso à terra para trabalhar ou devendo pagar rendas escorchantes para ter esse acesso. (FURTADO, 2002, p. 16-17).

O autor considera, que se faz necessário a garantia de meios que assegurem à população pobre uma renda mínima, sendo esse um fator marcante. Além disso, carece ser resolvido o problema do déficit habitacional, que é alarmante no país, pois,

---

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia.

com efeito, o déficit habitacional é o grande empecilho para superar-se o quadro de pobreza. Os 53 milhões de pobres e miseráveis brasileiros não têm como pagar um aluguel, muito menos como possuir uma moradia. Suprir esse déficit exige um investimento a longo prazo, uma massa de recursos que podemos estimar em 4% do produto nacional. (FURTADO, 2002, p. 18).

Nesse sentido, o autor aponta para algumas reformas, agrária, patrimonial, fiscal, constitucional, bem como o estímulo à poupança interna, de modo que viabilize o enfrentamento de problemas como o dos investimentos reprodutivos e o atraso na construção civil, buscando, assim, superar o déficit habitacional. Porém, via de regra, faz-se necessário implementar um amplo programa social que priorize, antes, a habitação e a educação, tudo isso antes do investimento reprodutivo, uma vez que,

a educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente [...] Esse é o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento. (FURTADO, 2002, p. 19).

Ademais, deve-se adotar uma autêntica política de redistribuição de renda que eleve o poder de poupança no país, ao mesmo tempo em que se busque implementar um sistema tributário socialmente mais justo, menos preocupado com o acúmulo do sistema financeiro, e mais voltado para a consolidação de um sistema fiscal simples e transparente que atinja, efetivamente, os setores de alta rentabilidade da sociedade, assim como os gastos supérfluos. Resolvidos esses problemas, a questão social no Brasil estaria resolvida, ou ao menos bastante avançada no sentido de se ter encontrado, definitivamente o caminho certo para o progresso e para o desenvolvimento social. Mas enquanto isso não ocorre, os programas sociais desenvolvidos no Brasil buscam principalmente manter as “velhas relações” de assistencialismo e clientelismo políticos, viabilizando a manutenção e reprodução política de agentes e grupos, ou melhor, oligarquias. Um bom exemplo disso é o Programa do leite no Rio Grande do Norte.

Ao tratar das políticas governamentais de combate à pobreza Neri (2001, p.48), discorre que

as políticas sociais de combate à pobreza podem ser organizadas em compensatórias (frentes de trabalho, programa de imposto de renda negativo, seguro-desemprego, previdência social, distribuição de cestas básicas, etc.) e estruturais (regularização fundiária, moradia, educação, micro crédito, reforma agrária, saúde e investimentos em infra-estrutura básica. A vantagem da política compensatória é seu efeito rápido[...] Seus efeitos, no entanto, são em geral fugazes. Depois da retirada desses acréscimos na renda a situação dos grupos afetados tende a voltar ao normal.

Na década de 1990 as políticas compensatórias no Brasil aumentaram consideravelmente, tanto em número quanto em volume de capital despendido. O autor ainda estabelece sérias críticas a essas políticas, devido “ao excesso de liberdade no uso dos recursos públicos”. (NERI, 2002, p. 48). Para o autor, isso pode levar a uma má utilização dos recursos financeiros, isto é, nem sempre os valores canalizados chegam totalmente ao seu devido fim. Também, se empregados efetivamente no combate à pobreza, podem ocorrer manipulações políticas perante a população atingida.

O mesmo autor ainda mostra que as políticas estruturais são mais viáveis para a sociedade, pois, criam

uma capacidade permanente de geração de renda, mas o problema é a lentidão para que seus efeitos sejam sentidos. Por exemplo, os resultados de políticas educacionais somente serão sentidos quando as crianças saírem da escola e entrarem no mercado de trabalho. Da mesma maneira, investimentos em infra-estrutura levam algum tempo até amadurecerem. (NERI, 2001, p. 48).

Diante do exposto, entende-se que, apesar de o governo do estado do Rio Grande do Norte considerar o Programa do leite como um tipo de política pública “estrutural”, discordamos sumariamente da idéia, haja vista que este, apesar de ser desenvolvido há mais de uma década, não conseguiu resolver os problemas sociais da população pobre, ao contrário, aumentou o nível de dependência e subordinação da mesma perante o setor público, considerando que na última década a indigência no estado aumentou.

### **O Programa do leite e suas repercussões socioeconômicas e políticas no Rio Grande do Norte**

Instituído pela primeira vez em 1986, pelo então governador do estado, Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo (coligado político do Grupo Alves), o Programa do leite apresenta fases e faces, características e dimensões que merecem análise aprofundada. No primeiro período de funcionamento (1986-1989), o governo federal arcava com todos os custos do programa, cabendo ao estado e aos municípios, apenas a operacionalização, com funções de recebimento junto às indústrias, e distribuição junto às famílias.

Em 1990, José Agripino Maia (um dos principais agentes políticos da oligarquia Maia, oposição ao grupo Alves), retorna a governadoria do estado e suspende definitivamente o Programa até o final do seu mandato, em 1994. Nesse período, a crise econômica se estabeleceu no setor leiteiro com reflexos imediatos, também, no universo de famílias assistidas, por conseguinte no sistema político estadual, repercutindo-se no processo eleitoral seguinte<sup>4</sup>.

Em 1995, o então Governador do estado Garibaldi Alves Filho, re-implanta o Programa do leite com novas características e reconfigurações. Durante os dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002), o Governo Garibaldi Alves teve o Programa como um carro-chefe dentre suas políticas e programas sociais de governo. Hoje (2005), o mesmo se constitui num programa social custeado, principalmente, pelo tesouro estadual (85%) e, parcialmente, pelo Governo Federal (15%), comprometendo aproximadamente cinco milhões de reais mensais de recursos do setor público (SETHAS, 2004).

De acordo com informações obtidas na pesquisa de campo (2005), durante oito anos de gestão do governador Garibaldi Alves, o Programa do leite não dispunha de qualquer regulamentação criteriosa que controlasse e fiscalizasse, efetivamente, a operacionalização e o funcionamento do mesmo. Isso

---

<sup>4</sup> De acordo com informações de alguns chefes de famílias assistidas pelo Programa do leite, esse veto ocasionou a derrota de José Agripino Maia nas eleições posteriores para governador, muito embora o mesmo já tenha sido eleito dois mandatos consecutivos para senador da república. Sobre esse assunto, afirma uma beneficiária ao ser questionada sobre o futuro político do governador que por ventura suspender o Programa: “quem suspender o programa, estará morto, cometerá suicídio político. Olhe lá, cadê Zé Agripino, se elegeu nunca mais para governador do estado? Não...”. (Pesquisa de Campo, 2005).

significou o surgimento, em 2003, de uma série de críticas ao Programa, bem como a instauração da CPI do leite – Comissão Parlamentar de Inquérito –, incumbida de apurar as irregularidades administrativas e financeiras durante a segunda fase do mesmo (1995-2002). Até o momento, não se tem conhecimento dos resultados efetivos da investigação. Sabe-se, sim, que o então governador da época, Garibaldi Alves, foi eleito senador da república e está comodamente exercendo o mandato em Brasília, constituindo, inclusive, e paradoxalmente, comissão parlamentar de inquérito que apura irregularidades e possíveis corrupções de outros agentes políticos. Ademais, o mesmo tem fortes chances, de candidatar-se novamente a governador do estado, senão, a senador da república, com efetivas possibilidades de êxito no processo eleitoral<sup>5</sup>.

De acordo com o manual de procedimento operacional do Programa do leite (2004), é de responsabilidade da SETHAS – Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Ação Social –, a coordenação do mesmo; já “a execução se dará através das comissões municipais, compostas por 03 (três) servidores públicos estaduais”. Entretanto, a execução por parte da comissão<sup>6</sup>, da qual trata o governo, corresponde apenas à operacionalização, isto é, ao recebimento e a entrega do leite às famílias nos municípios, bem como a avaliação dos critérios de seleção para inserção familiar no programa. O controle financeiro não cabe à mesma. As comissões sequer têm noção dos custos sociais do Programa para o setor público e para a sociedade. Não há, também, conhecimento das possíveis mudanças sociais, efetivamente, decorrentes do Programa. Mesmo assim, o Estado considera que o mesmo “se insere na política de assistência às famílias carentes, sendo uma das prioridades do Governo do Estado no combate à fome (SETHAS, 2004)”.

Quanto à operacionalização, a situação é bastante complexa em alguns municípios. Normalmente, as comissões dispõem de postos de distribuição localizados em

escolas públicas estaduais e/ou equipamentos do Governo do Estado, nos 167 municípios potiguares. As áreas prioritárias para execução do programa são as periferias dos centros urbanos, as vilas, os povoados e os distritos, à medida que reúnam condições para execução, ou seja, a comissão reunirá e estudará a viabilidade de acordos e parcerias para ajustes e procedimentos de entrega.

Em alguns municípios constatamos precárias condições físicas e estruturais de funcionamento do Programa no posto de distribuição, principalmente, naqueles municípios onde a comissão não dispõe de apoio da prefeitura, do estado ou de algum outro órgão público, privado ou da igreja. Há casos em que a distribuição é feita nos corredores ou fundos de instalações físicas de escolas. Em outros, a comissão não dispõe de recursos financeiros para pagar o transporte do leite até a comunidade rural ou bairro afastado do centro da cidade.

---

<sup>5</sup> Informações obtidas na Pesquisa de Campo, 2005

<sup>6</sup> Foi constatado ainda que todas as comissões municipais do Seridó, acredita-se, do estado, são formadas, na sua maioria, por funcionários públicos vinculados ao partido político da atual governadora, Wilma Maria de Faria; a mesma foi prefeita de Natal por dois mandatos consecutivos, é ex-esposa de Lavoisier Maia (político influente da oligarquia Maria, ex-governador do estado, atualmente Deputado Federal). Em muitos casos, o presidente da comissão municipal do Programa do leite foi fundador do PSB no município, partido da Governadora e de sua filha Márcia Maia, eleita Deputada Estadual nas eleições de 2002, e Secretária de Governo, do Trabalho, da Habitação e Ação Social, desde o início da atual gestão, coordenadora maior do Programa do leite. É essa a forma mais concreta e direta de se estabelecer o controle dos direitos civis e políticos da população carente, vinculando o voto à inserção no Programa do leite e em outros programas e políticas de governo, mesmo que para isso algumas relações sejam disfarçadas. Durante o Governo Garibaldi Alves, os coordenadores municipais pertenciam, geralmente, ao grupo político do ex-governador.

Diante da normatização do Programa, várias falhas foram constatadas, tais como: as reuniões não ocorrem de fato em todos os municípios e nos prazos estabelecidos. Às vezes, membros da SETHAS fazem contatos telefônicos com as coordenações municipais, objetivando passar informações e confirmar se o andamento do Programa está “normal”, quando, geralmente, “não encontram problemas”.

A entrega do leite não é feita diariamente nos municípios, conforme está determinado no manual de procedimento operacional do Programa, mas, apenas três vezes por semana, provavelmente, para reduzir os custos dos industriais do setor de laticínios, o que é um problema para as famílias assistidas, pois subsidiadas pelo governo para ter acesso ao leite diariamente, não o dispõe. Isto compromete ainda mais a qualidade da alimentação familiar nos dias em que o leite não é entregue.

Nem todas as comissões acompanham, efetivamente, o andamento do Programa, pois, verificamos situações em que o presidente da comissão é vice-prefeito do município, funcionário público licenciado da Secretaria de Estado da Educação, na função de professor, que, na ocasião da entrevista (2005), ocupava a função de prefeito municipal em exercício<sup>7</sup>.

De acordo com a SETHAS (2004, p. 3), o Programa do leite se constitui num programa social, que tem como “principal” objetivo “reduzir as carências nutricionais de crianças, gestantes, nutrízes, desnutridos e deficientes, através da distribuição diária de 1 (um) litro de leite por família com renda de até 1 (um) salário mínimo”. A partir desse objetivo, outros são traçados, e alguns reconhecidos pela SETHAS (2004) como já atingidos, pois esta afirma: “além de promover o aumento da pecuária no estado e melhoria do rebanho e da produtividade, contribui para geração de ocupação e renda ao homem do campo<sup>8</sup>”. Além disso, a SETHAS (2004, p. 15) aponta o Programa como principal indutor da pecuária, pois, para o governo, o mesmo se constitui em “garantia de mercado, instrumento de promoção social, assistência técnica e capacitação dos produtores, potencialidade da cadeia produtiva (leite, carne e pele)”. Porém, a expansão da pecuária no estado se deve principalmente aos estímulos proporcionados pelo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – e pelo FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste –, os quais investiram volumes substanciais de recursos na agropecuária regional.

Para os produtores de leite o único benefício trazido pelo Programa do Leite foi a garantia de um preço mínimo. A maior elevação do preço do produto foi registrada durante o atual governo, provavelmente, devido ao *lobbying* dos produtores e dos industriais de laticínios sobre o mesmo, o que só ampliou-se desde a gestão anterior. No entanto, deve-se ressaltar que o universo de produtores fornecedores de leite para o governo, é, segundo a SETHAS (2004), equivalente a 2.092 agropecuaristas em todo o estado, o que representa uma pequena parcela do total.

---

<sup>7</sup> Nesse caso, a entrevista foi realizada no gabinete do prefeito, enquanto o mesmo resolvia questões relacionadas a essa função. Embora presidente municipal do PSB, quando foi questionado sobre fiscalização e controle, o mesmo estabeleceu críticas ao funcionamento do programa argumentando: “é tudo muito desorganizado, não há controle. Se eu quisesse empurrar o leite todo para as famílias que votam comigo eu butava (Entrevista concedida por presidente de comissão municipal em 11/08/2005)”. Lembrando que este foi vereador no município durante três mandatos consecutivos, sendo, inclusive, ex-presidente da câmara municipal. Talvez, por ser oposição ao sistema político anterior, e pelo descontrole e desorganização encontrada quando assumiu a coordenação municipal do Programa, o mesmo afirmou que antes “não existia nenhum documento de controle, sequer o cadastramento dos beneficiários”. Nesse mesmo município o presidente da câmara municipal é irmão do prefeito atual, que também exerce a função de médico em outros municípios da região.

<sup>8</sup> SETHAS, Programas e projetos: Programa do Leite. Disponível em 21/12/2004, <http://www.sethas.rn.gov.br>

Além disso, durante seis anos consecutivos o preço do leite manteve-se estável, apresentando aumento somente nos dois anos seguintes – 2001 e 2002. Portanto, o maior aumento foi concedido pelo governo Wilma de Faria, que já elevou o preço do leite duas vezes – em 2003 e em 2005. Durante a pesquisa de campo, realizada no período de julho a agosto de 2005, havia sido anunciado, pelo governo, um novo aumento percentual em torno de 8%, elevando o preço do litro de leite para aproximadamente R\$ 1,25 pago às indústrias de laticínios.

Vale lembrar que do valor pago pelo governo às indústrias, apenas uma parte deste destina-se ao produtor, os quais reclamam defasagem no preço do leite. Em termos percentuais, o valor que vem sendo apropriado pelos industriais laticinistas é bastante elevado, se considerada a margem percentual média de lucratividade em outras atividades econômicas, incluindo aí, a própria agropecuária regional que apresenta custos expressivos. O valor pago ao produtor chega no máximo a R\$ 0,75, portanto, uma larga margem de lucro para os laticínios.

Reconhecemos tão somente que o Programa criou um mercado institucional para um determinado volume de produção de pequena parte dos produtores, geralmente os maiores. Mas não garantiu, necessariamente, preço justo e compatível para toda a produção leiteira da pecuária estadual, já que o número de produtores inseridos no Programa é inferior ao universo de produtores atrelados ao setor artesanal, esse, responsável pela geração de queijos e derivados do leite em geral. Um bom exemplo disso é a região do Seridó, onde o maior número de produtores fornecem leite para as queijarias e atravessadores vinculados a essas, portanto, se inserem no setor artesanal (AZEVEDO, 2002).

Diante disso, os maiores beneficiados são os proprietários dos laticínios, que fornecem leite ao Programa. Em 1995, o Rio Grande do Norte contava com apenas 6 indústrias de laticínios. Em 2005, portanto em uma década de funcionamento do Programa, o estado dispõe de 26 indústrias. A maior parte dessas pertence a agentes políticos estaduais vinculados aos dois principais grupos políticos, o que demonstra os “reais” objetivos do Programa.

Ao justificar o Programa, o governo do estado, através da SETHAS, atribui a este a redução da taxa de mortalidade infantil no Rio Grande do Norte, a qual diminuiu significativamente entre 1994 e 2004, passando de 33,4‰ para aproximadamente 18‰.

Entretanto, diversos programas e ações, públicas e privadas, contribuíram para essa redução. Merecem destaques os programas de saúde pública, como o PSF – Programa de Saúde da Família–, dentre outros programas sociais; merecem destaques outras ações como as da Pastoral da Criança, dos Agentes Comunitários de Saúde Pública, e das Organizações não governamentais, bem como de instituições educacionais, que também corroboraram nesse aspecto.

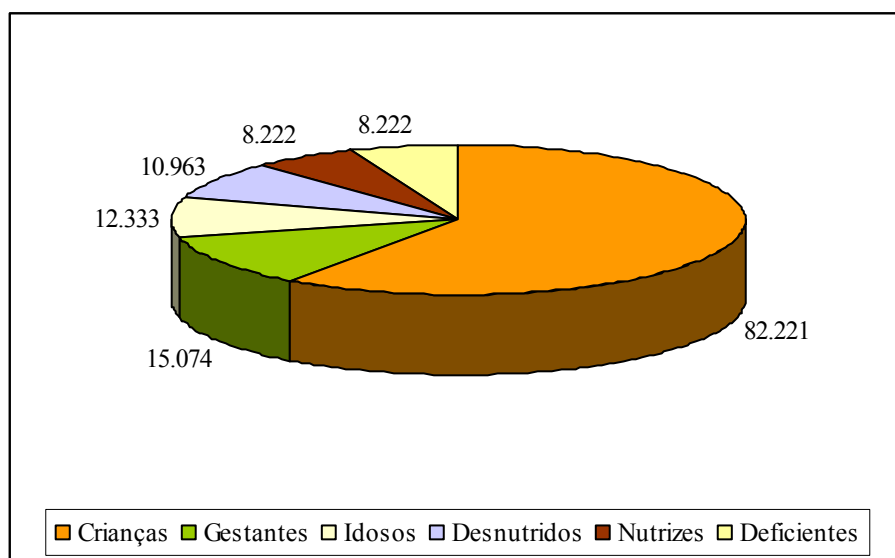
O governo ainda tenta atribuir ao Programa a redução da desnutrição infantil, que embora tenha diminuído, ainda é bastante expressiva em todo o estado. Constatou-se, através da pesquisa realizada (2005), que há mães de família se sentindo instigadas a engravidar para ter acesso a um litro de leite diário. Às vezes, o número de crianças na composição familiar é bastante elevado, havendo casos de famílias com dez crianças, sendo todas, ou quase todas, visivelmente subnutridos ou com características de desnutrição e nanição por deficiência alimentar. Ou seja, não há um trabalho de acompanhamento e conscientização no que diz respeito a essas e outras graves

questões sociais intrínsecas ao Programa. O número de mães adolescentes e, até mesmo, mães com idade inferior a 14 anos, beneficiárias do Programa, é bastante elevado, o que evidencia a falta de acompanhamento familiar por parte de organismos públicos.

É por essa e outras razões que questiona-se o funcionamento do mesmo, em seus objetivos e resultados, dimensões e relações, mesmo que o governo acredite está no caminho certo.

No que concerne ao universo populacional assistido pelo Programa do leite, classificado por categorias sociais delimitadas pela SETHAS, o quadro é o seguinte (Figura 1):

**Figura 1: Rio Grande do Norte – Quantidade de beneficiários do Programa do leite por categoria social – 2004**



Fonte: SETHAS, 2004

É possível perceber que a categoria social representada pelas crianças é majoritária em termos de número de beneficiados, o que corresponde a 60% desse universo; seguida da categoria de gestantes que representa 11%, idosos com 9%, desnutridos, representados por 8% e, nutrizes e deficientes empatados, representando cada uma dessas categorias 6% do total de beneficiários.

Nesse universo de beneficiários, nem sempre os critérios são respeitados e seguidos. Na maior parte das famílias entrevistadas (aproximadamente 70%) os critérios realmente são considerados, mas, há situações que fogem ao bom senso e ao que está determinado pelo governo<sup>9</sup>.

Diante do exposto, entende-se que o Programa do leite influencia e se deixa influenciar pelo sistema político-partidário estadual, se constituindo numa das ferramentas principais que cria e recria relações, legitimadoras e mantenedoras de indivíduos e grupos nas diferentes escalas de poder. Os dados eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral referente às eleições da última década comprovam a

<sup>9</sup> Verificou-se situações em que vereadores, diretores de escolas, professores, funcionários públicos (o casal na família), pecuaristas fornecedores de leite para o programa, e outras autoridades públicas municipais, têm filhos, ou esposa (gestante ou nutriz), ou idoso, beneficiário do programa, isto é, em diversos aspectos, renda, por exemplo, os critérios e requisitos do programa estão sendo desrespeitados, mas, por se tratar de relações políticas clientelistas e assistencialistas dá-se pouca importância a questões dessa natureza, enquanto as velhas relações se reproduzem nos espaços político e social.



configuração política dos grupos que manipulam o poder no estado. O PMDB e sua coligação (representado pelo grupo Alves), responsável principal pelo Programa do leite, obteve maioria de votos na maior parte dos municípios, em alguns deles com maioria absoluta.

### **Considerações finais**

O Programa do leite, pela sua magnitude em termos de montante de capital gerido, e, por sua amplitude em termos de famílias e municípios assistidos, se constitui, portanto, num instrumento-chave de manipulação política e social. Toda a cadeia de relações constituída entre os diferentes agentes responsáveis pelo Programa – produtores rurais, governo, indústrias laticinistas, famílias assistidas e comissões coordenadoras municipais – permite fluidez e frouxidão no conjunto de relações, de modo que propicia ações desonestas e corruptas.

O governo atribui ao Programa do leite toda a expansão e reestruturação da pecuária leiteira no estado, porém, este assegurou, tão somente, mercado institucional a uma parte da produção, garantido um preço mínimo ao produto.

Entretanto, os custos financeiros do Programa para o setor público são expressivamente superiores aos benefícios sociais gerados, principalmente quando envolve corrupção política e desvio de recursos, que viabiliza a reprodução política de oligarquias regionais de poder, sem falar na capacidade de dependência social que o Programa propicia. Como resultado, ao menos parcial, do Programa, o Rio Grande do Norte possui hoje (2005) 27 indústrias de laticínios, das quais 26 são fornecedoras de leite para o governo. O inter-relacionamento dessas indústrias constitui a demarcação nítida de territórios nas distintas porções geográficas do estado. Até 2002 muitas dessas unidades laticinistas eram empreendimentos de personalidades políticas regionais vinculadas ao grupo político que detinha o poder no estado.

Portanto, diante do significativo número de famílias assistidas pelo Programa do leite (130 mil), por conseguinte, do expressivo número de eleitores atingidos, o curral eleitoral forjado a partir do Programa do leite é relativamente elevado, e a questão se torna ainda mais complexa quando tais relações se ampliam e perpassam os demais programas sociais governamentais, mesmo que esses não necessariamente sejam desenvolvidos pelo governo estadual.

### **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **Seridó Potiguar: Dinâmica socioespacial e organização do espaço agrário regional**. Uberlândia: Composer, 2005.

\_\_\_\_\_. **O processo de organização agrária do Seridó potiguar**. 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2002.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **Políticas e Poder: o discurso da participação**. São Paulo: AD HOMINEM; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1996.

BUARQUE, Cristovam. **A segunda abolição**: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 2 ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **A desordem do progresso**: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste**: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID-Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

NERI, Marcelo. **Combate à pobreza sustentável**. Revista Conjuntura Econômica. Temas Sociais. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, p. 48-51, Jan/2001.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SETHAS). **Relatório dos impactos sociais, econômicos e nutricionais do Programa do leite**. Natal, 2004. (Digitado).